

Piauí



APASPI: uma história construída pela agroecologia e pela organização dos agricultores

A história da Associação dos/as Produtores/as Agroecológicos/as do Semiárido Piauiense (APASPI) está ligada à trajetória de agricultores e agricultoras que, ao longo dos anos, foram construindo novas formas de se organizar, produzir e permanecer no Semiárido. A Associação foi constituída em 31 de agosto de 2012, em São Raimundo Nonato (PI), e entre suas finalidades estão a promoção da agroecologia, a conservação e recuperação ambiental, o acompanhamento técnico e a extensão rural, além do desenvolvimento sustentável.

Para Valquíria Viana, atual presidente da APASPI, aquele período de fundação também foi o momento em que sua própria trajetória passou a se confundir com a história da organização. Recém-formada no curso técnico em Agropecuária, ela foi convidada a participar da Associação por agricultores de sua comunidade e por pessoas que já atuavam nos projetos desenvolvidos no território. A ideia, segundo ela, era “resgatar a cultura do algodão nas comunidades”.

Desde o início, Valquíria participou da diretoria e assumiu a função de tesoureira, ao mesmo tempo em que permanecia como agricultora. A partir dali a trajetória da APASPI seria marcada por desafios, conquistas e pela busca de condições para que a produção agroecológica pudesse continuar sendo construída pelas próprias famílias.

Em 2013, apenas um ano após sua criação, a APASPI passou a atuar como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG), agricultores e agricultoras participam coletivamente do processo de verificação das unidades produtivas e se os produtos realmente são orgânicos.

O processo de certificação passou a fazer parte da própria dinâmica organizativa da Associação. A APASPI estrutura seu SPG a partir de grupos locais, núcleos e diferentes comissões, entre elas as comissões de ética e de avaliação. São os próprios integrantes do sistema que participam das visitas e dos processos de verificação das unidades produtivas.

Atualmente, a Associação reúne cerca de 170 famílias agricultoras em cinco municípios (São Raimundo Nonato, Canto do Buriti, Várzea Branca, São Francisco de Assis e Paulistana), das quais 130 possuem produção certificada como orgânica, enquanto as demais seguem em processo de transição.





Mas os primeiros anos também foram de dificuldades. Depois do apoio recebido no início por meio do Programa Ecoforte, implementado pela Fundação Banco do Brasil e pelo BNDES, que contribuiu para o fortalecimento da Associação e de sua estrutura de produção como equipamentos para o beneficiamento do algodão e da produção de gergelim, além de veículos, a APASPI passou por um período sem financiamento. Valquíria conta que, mesmo com o encerramento do primeiro projeto, os associados decidiram continuar. “A gente não deixou a Associação acabar”, relata.

A continuidade aconteceu com recursos próprios e, sobretudo, com a disposição dos agricultores em manter a organização funcionando. A falta de recursos, porém, teve consequências também para a vida pessoal de quem fazia parte dessa construção. Valquíria, que naquele período era bolsista do projeto, precisou deixar a comunidade e ir para São Raimundo Nonato ao final da iniciativa. Ela chegou a trabalhar em casa de família por quase três anos.

A partir de 2018, a possibilidade de retornar veio com a aprovação do Projeto Algodão e Consórcio Agroecológico, apoiado pela Diaconia. Entre as ações, estava a figura do agricultor multiplicador, função que permitiu a Valquíria voltar para sua comunidade, retomar o trabalho na agricultura e ajudar os pais na roça. Ela passou a trabalhar também em uma área de multiplicação, compartilhando conhecimentos e experiências.

Segundo Valquíria, a trajetória entrou em um novo momento, com novos projetos e apoios, as ações foram se ampliando e ela conseguiu permanecer novamente na comunidade, conciliando a atuação na Associação com o trabalho na agricultura. “A partir daí as coisas foram só melhorando. A gente, graças a Deus, nunca mais ficou sem projeto, sem apoio”, comemora.



Hoje, a agroecologia constitui uma das bases da atuação da APASPI. Para participar do SGP, as famílias precisam cumprir requisitos relacionados à produção orgânica e estar inserida na dinâmica coletiva de acompanhamento. Entre as práticas obrigatórias estão a não utilização de agrotóxicos, de fertilizantes químicos e de sementes, mudas, plantas e animais geneticamente modificados. O sistema também recomenda práticas como consórcios e rotação de culturas, multiplicação de sementes crioulas, conservação do solo e recomposição da vegetação da Caatinga.

Com a produção orgânica garantida e certificada, os agricultores e agricultoras encontram nos mercados institucionais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um destino para escoar sua produção de alimentos saudáveis, gerando renda e fortalecendo a economia local das comunidades.

Assim, a história da APASPI não se resume à emissão de um certificado ou à comercialização de um produto. O próprio funcionamento do SPG pressupõe reuniões, visitas, avaliações e momentos de aprendizagem entre as famílias. O ciclo anual termina com a Assembleia Geral, que avalia e valida o processo e indica as famílias em conformidade.

Mais de uma década depois de sua criação, a APASPI carrega uma trajetória construída entre as comunidades, a organização coletiva e a busca por outras formas de produzir no Semiárido. Uma história que começou com a mobilização de agricultores para fortalecer a cultura do algodão e que, ao longo dos anos, incorporou a certificação orgânica, a agroecologia, a conservação da Caatinga e a organização participativa das famílias.